

07 julho de 2016

Maria Helena Ramalho

A justificação para o tema e título que hoje vos trago resulta de uma inquietude que se instalou, em finais de fevereiro e início de março passados, quando tomei contacto com duas publicações da Gulbenkian, a saber *Noroeste Global* (de 2014) e *Uma Metrópole para o Atlântico* (de 2015), com a apresentação oficial desta última e com as Jornadas de Geografia Aplicada (FLUP, 05 de março de 2016). Em abono da verdade, já há alguns anos se tinha instalado uma semente “incómoda” ao ouvir João Ferrão apresentar o “Arquipélago” Portugal Continental.

A inquietação resultou da constatação de que praticava o ensino de uma geografia dos *stocks*, dos antagonismos, das assimetrias quando, segundo geógrafos conceituados do nosso país, deveria desenvolver uma didática da geografia relacional e ecossistémica.

I – As abordagens desejáveis em termos de território nacional

Para aqueles a quem estas últimas expressões soarem estranho, permitam-me uma clarificação. Eu, e possivelmente a maioria de vós, fiz a minha formação académica e tenho tido a minha vida profissional desenvolvida e alicerçada na visão territorial de um país dicotómico litoral/interior, conforme herança do Portugal de Sedas Nunes. Essa imagem mental, e o discurso em torno dela, encontra-se de tal forma arreigada que antevejo difícil contorná-la.

Pergunta que se impõe – é errada? Não necessariamente mas deve ser complementada e progressivamente combinada com uma outra, dado que já não permite ler os territórios, que atualmente se regem por uma outra gramática. A nova imagem não coloca a tónica na aspiração a um território homogéneo, mas enfatiza as diversidades e, sobretudo, potencia-as. A imagem pretendida¹ é aquela que, partindo da diversidade, apela a complementaridade e, mais do que isso, a possibilidades acrescidas de relação entre territórios diversificados, que suscite a ideia de que 2+2 poderão ser algo bem diferente e maior do que 4.

Então, das “confortáveis” abordagens didáticas de cariz relativamente estático e dicotómicas – litoral/interior, norte/sul, rural/urbano... - deveremos evoluir para abordagens que se centrem nas relações potenciais e potenciadoras dos territórios, na lógica ecossistémica e, simultaneamente, numa matriz dinâmica, dado que no momento seguinte já algo será diferente, logo o todo também.

O desenvolvimento territorial é encarado de forma distinta pela abordagem tradicional e pela relacional: no primeiro caso, a localização de empresas, por exemplo, é em boa parte explicada pela distância física e pela minimização dos custos; na abordagem relacional, as interações (proximidade relacional) são fonte de competitividade e de afirmação dos territórios. Por outro lado, a habitual linearidade multiescalar, tão propalada no discurso didático (local, regional, nacional, europeu, mundial) deve ser revista na medida em que o global

¹ No sentido de construtiva, até porque décadas e décadas de discurso dualista não contribuíram para ultrapassar dicotomias.

existe no local, pelo que a análise multiescalar se afigura bem mais complexa, com zigzagues constantes entre escalas distintas e com sobreposição das mesmas.

Fatores relacionais como a confiança e o envolvimento dos atores, bem como a flexibilidade dos mesmos contribuem para o sucesso dos territórios, na medida em que agentes já instalados territorialmente em interação com outros fazem com que se gerem novas e acrescidas dinâmicas, potenciando o conjunto.

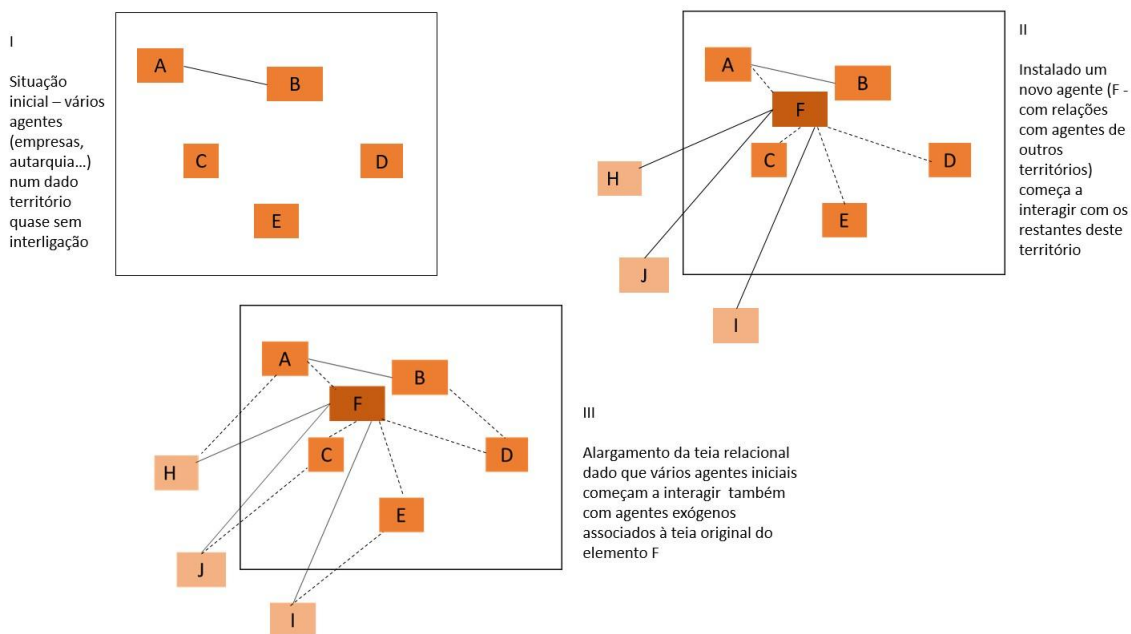


Fig. 1- Ilustração do processo de tessitura relacional num território a partir de um agente polarizador

Instalada e assumida a inquietude supra referida, duas interrogações emergiram de imediato – Como? Até que ponto?

Centrando-me nesta última, fui remetida para os condicionalismos do exercício da docência a nível do ensino básico e do secundário. Os programas oficiais, nomeadamente conceitos e abordagens preconizadas. Os manuais escolares, pela perspetiva que veiculam. Os exames nacionais, pelos conteúdos e abordagens que nos exigem. A minha/nossa própria formação/formatação.

Se a “Geografia serve antes de mais para fazer a guerra” (Lacoste, 1976) serve também para fazer a paz. Em ambos os casos, fá-lo sobretudo através da imagética que se desenvolve no indivíduo e na sociedade. As imagens mentais que a geografia promove podem enfatizar contrastes e desfasamentos face a um ideal aspirado ou podem sublinhar, a partir da diversidade, as potencialidades e as relações/teias enriquecedoras entre os territórios. O professor de Geografia, sendo um entre muitos agentes da imagética, desempenha, porém, um papel crucial no pendor da leitura territorial proporcionada e/ou veiculada aos alunos e no olhar crítico sobre a mesma.

II – Condicionais programáticos e janelas de oportunidade a explorar

A revisitação do **programa de Geografia A** (10º e 11º anos de escolaridade) impõe-se, desde logo, porque é o único programa em vigor que tem como palco, principal e quase único, o território português.

Neste programa, a componente dos *stocks* é marcante uma vez que nos diferentes temas - População, Recursos (de subsolo, radiação solar, hídricos, marítimos), Áreas Rurais, Áreas Urbanas, Rede Urbana, Transportes e Telecomunicações – a diferenciação espacial é assunto chave. Ao percorrermos o “desenvolvimento do programa”, a linha de força das assimetrias, dos antagonismos, sai reforçada (cf. caixa I)

Caixa I – Exemplificação de constrangimentos decorrentes do programa de Geografia A

Conceitos básicos (cf. Programa)	Nível de abordagem (cf. Programa)
Distribuição da população	
<p>Assimetrias regionais Capacidade de carga humana Despovoamento <u>Litoralização</u></p>	<p>Com o conteúdo 1.2.1 [Os condicionantes da distribuição da população] pretende-se explicar a desigual distribuição geográfica da população, referindo os factores naturais e humanos que condicionam essa desigualdade, salientando o papel do êxodo rural e da emigração no despovoamento do interior. (...)</p> <p>Com o conteúdo 1.2.2 [Os problemas na distribuição da população - a <u>litoralização do povoamento/o despovoamento do interior</u>] é importante salientar que a conjugação dos dois tipos de factores originou a litoralização do povoamento com o conseqüente despovoamento do interior. No desenvolvimento deste conteúdo sugere-se, ainda, que se introduza o conceito de capacidade de carga humana e se proceda à comparação dos valores de densidade populacional do nosso país com a de outros países da U.E., a fim de que os alunos relativizem os valores da referida variável. Finalmente, pretende-se que se evidencie a <u>necessidade de reduzir as assimetrias regionais</u> na distribuição da população, debatendo medidas concretas para atingir esse objectivo e <u>reflectindo sobre os custos económicos e sociais da rarefacção do povoamento</u>.</p>
A rede urbana e as novas relações cidade-campo	
<p>Aglomeração urbana Área de influência Centralidade Coesão territorial Complementaridade Cooperação interurbana Deseconomia de aglomeração Economia de aglomeração Lugar central Macrocefalia/bicefalia Parcerias urbano/rural PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais) Rede urbana Monocêntrica Policêntrica</p>	<p>Com o conteúdo 3.3.1 [As características da rede urbana] pretende-se que se caracterize a rede urbana portuguesa, equacionando os <u>problemas decorrentes dos desequilíbrios observados</u>. Assim, sugere-se que se analise a distribuição e a localização das aglomerações populacionais tendo em conta, por um lado, a forma como essas aglomerações estão implantadas no território e por outro, como é que se relacionam hierarquicamente, consoante a diversidade e a importância das funções que desempenham. A comparação da rede urbana portuguesa com redes urbanas de outros países europeus permitirá discutir medidas de intervenção passíveis de atenuar os problemas existentes. A análise da rede urbana pressupõe, ainda, que se discutam as vantagens e as limitações da dispersão ou da concentração excessiva do povoamento, reflectindo sobre as conseqüências na qualidade de vida das populações decorrentes de os níveis de rentabilidade das actividades económicas e das infraestruturas e equipamentos não serem atingidos ou serem ultrapassados.</p> <p>Com o conteúdo 3.3.2 [A reorganização da rede urbana] pretende-se que se problematize a reorganização da rede urbana, não só da perspectiva de um desenvolvimento equilibrado do território nacional, mas também na perspectiva de que as cidades, qualquer que seja a sua dimensão, têm de se adaptar às novas localizações relativas e às novas posições que ocupam na hierarquia urbana da Europa. Assim, sugere-se que se equacione o papel que os centros de média dimensão terão de desempenhar no atenuar dos <u>desequilíbrios da rede urbana</u>, relacionando a capacidade dinamizadora desses centros com a rede de transportes existentes ou a construir e com a articulação de vontades dos</p>

	poderes local e central na criação de infra-estruturas e de equipamentos que favoreçam o aproveitamento dos recursos locais e incentivem a localização de empresas. É importante salientar, no entanto, que o papel dos centros de média dimensão só é possível porque existe complementaridade entre centros de dimensões diferentes, permitindo uma maior capilaridade dos efeitos desencadeados a partir de aglomerações de nível hierárquico superior.
A população: como se movimenta e como comunica	
Barreira Ciberespaço Distância-custo Distância relativa Distância-tempo Fluxo de informação Interface/ Plataforma multimodal Isócrona Isótima Logística Meio de Transporte Modo de transporte PGT (Política Geral de Transportes) PRODAC (Programa Operacional de Desenvolvimento das Acessibilidades) RTE (Rede Transeuropeia de Energia) RTT (Rede Transeuropeia de Transportes) STAR (Acção Especial no Campo das Telecomunicações para o Desenvolvimento Regional) Telecomércio Teletrabalho TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) Transshipment Transporte multimodal	Com o conteúdo 4.1.2 [A distribuição espacial das redes de transporte] considera-se pertinente analisar a distribuição espacial das redes de transporte e de energia no território nacional <u>salientando os contrastes territoriais da sua implantação</u> . Sugere-se que se reflecta sobre as decisões políticas tomadas nos últimos anos no sector dos transportes e da energia e inseridas nomeadamente na PGT, no PRN, no PFN, quer no que respeita aos modos de transporte privilegiados em termos de investimento, quer à localização geográfica preferencial desses investimentos, quer no caso da energia, à localização geográfica das áreas de origem e ao traçado das redes de distribuição. Sugere-se, ainda, que se discuta a importância do PRODAC na melhoria das acessibilidades das regiões portuguesas mais desfavorecidas.

Nota: Sublinhado é nosso

Se é certo que os excertos acima ilustram a lógica dos *stocks* e dos antagonismos não é menos verdade que alguns subtemas abrem janelas de oportunidade à complementaridade com a lógica relacional (caixa 2), principalmente os subtemas “As novas oportunidades para as áreas rurais” e “a rede urbana e as relações cidade-campo”. Nestes casos, desde logo a designação da componente temática possibilita o ultrapassar da geografia dos *stocks*, abrindo caminho à relação e a parcerias territoriais, valorizando-se os recursos endógenos. Por outro lado, a referência à aposta no desenvolvimento integrado encontra-se em linha com a abordagem sistémica.

Caixa 2 – As duas principais janelas de oportunidade no âmbito do programa geografia A

Subtema	Nível de abordagem (cf. Programa)
As novas oportunidades para as áreas rurais	O tratamento do conteúdo 3.1.3 deve privilegiar uma abordagem que permita reflectir sobre o alargamento da intervenção da PAC a questões ambientais e de desenvolvimento rural, equacionando medidas que possibilitem o <u>desenvolvimento plurisectorial e integrado das áreas rurais e que valorizem a sua diversidade paisagística, numa perspectiva de sustentabilidade</u> . Neste contexto, pretende-se que se equacionem os pontos fracos e as <u>potencialidades de dois tipos de áreas rurais</u> : as áreas rurais com algum dinamismo e áreas rurais

	marginalizadas. Assim, sugere-se que se equacionem <u>medidas de desenvolvimento integrado</u> que permitam, por um lado neutralizar os impactos negativos dos métodos de produção intensivos (preservando a biodiversidade e reduzindo a poluição dos solos e das águas) e por outro <u>valorizar os recursos endógenos</u> , nomeadamente através do aproveitamento do seu potencial em energias renováveis, do desenvolvimento de produtos agro-pecuários locais de qualidade, da diversificação da economia dessas áreas em actividades como a silvicultura, o turismo e outras actividades dos sectores secundário e terciário. A este propósito, considera-se importante referir estratégias desenvolvidas pela Comunidade que conduzem à reabilitação de áreas rurais, nomeadamente a iniciativa LEADER, reflectindo sobre a sua aplicação nas regiões de intervenção em Portugal.
A rede urbana e as novas relações cidade-campo	Com o conteúdo 3.3.3 [As parcerias entre cidades e o mundo rural] pretende-se que se reflecta sobre a necessidade de as <u>estratégias de desenvolvimento territorial das áreas rurais</u> quer das afectadas pelo declínio da agricultura quer das sujeitas a novas formas de pressão devido à urbanização, serem baseadas numa <u>reavaliação da parceria entre as cidades e as áreas rurais</u> , equacionando formas concretas de estabelecimento dessas parcerias. Assim, importa destacar duas dimensões do estabelecimento dessas parcerias: por um lado, a dimensão da integração funcional que inclui aspectos como a integração de redes de transporte e de comunicação e a complementaridade das especializações económicas e por outro lado, a dimensão da cooperação institucional, incluindo aspectos como a integração de instrumentos de ordenamento do território e a organização em rede de serviços e equipamentos localizados em diferentes centros urbanos.

Nota: Sublinhado é nosso

Mesmo os temas que apresentam um cunho marcadamente de contrastes, podem e devem ser abordados primeiramente nessa perspectiva mas nada nos impede de a complementar com outra lógica. Aliás, não será viável avançarmos para a abordagem relacional, ecossistémica e valorizadora dos territórios sem os alunos possuírem informação sobre a pluralidade/diversidade de territórios. É essa mesma diversidade condição muitas vezes facilitadora das relações territoriais.

III – Dos constrangimentos às possibilidades didáticas

Se o programa não facilita muito a abordagem relacionadora e ecossistémica, muito menos o fazem os recursos didáticos disponíveis no mercado – desde logo os manuais escolares. Mas o docente é um agente curricular, obreiro da trama didática. Nesse juntar, adaptar, fazer e refazer coloca muito do seu saber profissional, abre postigos/ janelas e rompe caminhos que os documentos oficiais pareciam renegar.

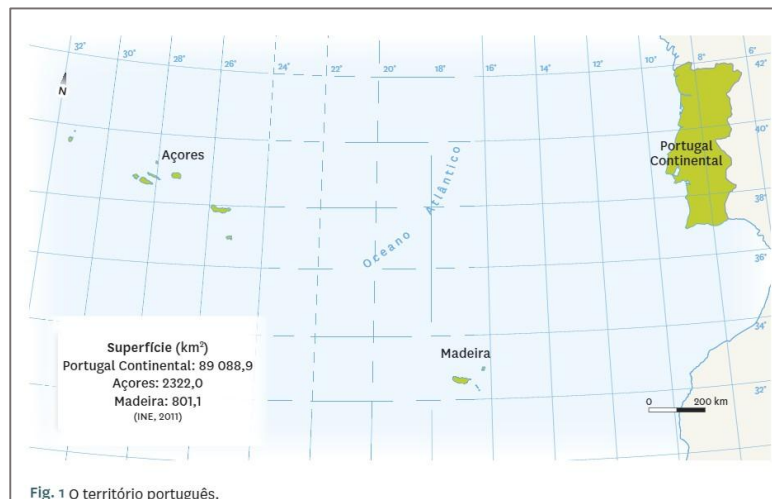
A - A alteração imagética pela via da cartografia e da esquematização

A imagem mental que construímos acerca de um território resulta não só mas também e principalmente das imagens visuais com que vamos sendo confrontados. Por este motivo, a cartografia e a esquematização utilizada na aula de geografia não é indiferente à imagética produzida.

A teia concetual e as ilustrações dos manuais convergem para a didática das assimetrias, reforçando a imagética tradicional, sendo difícil encontrar exemplo inequivocamente facilitador de outra abordagem.

Precisaremos, portanto, de cartografia interpeladora e didaticamente sugestiva.

Por exemplo, logo no módulo inicial, quando se apresenta o território Português, os mapas são sistematicamente os mesmos e redutores (fig. 2), dado que além de apresentarem e representarem o território terrestre (emerso), deveriam também contemplar o território marinho e neste a situação atual e potencial (fig. 3 A e B).



Fonte: Rodrigues, Arinda e Barata, Isabel – **Geografia A**, Texto Editora, p.13

Fig. 2 – Exemplificação da apresentação do território português – simplesmente o emerso

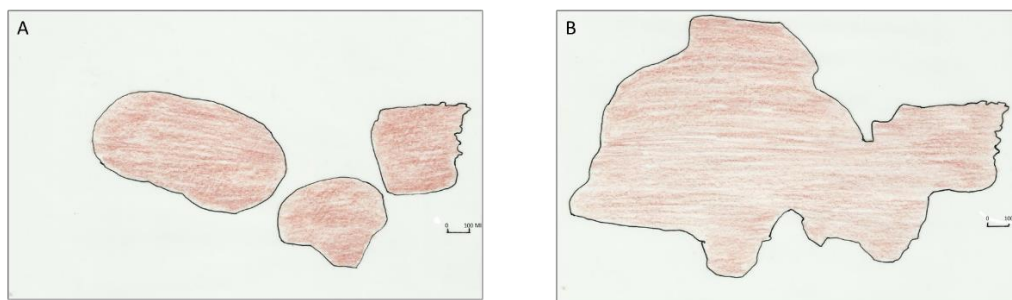


Fig. 3 – Exemplos de possível cartográfica ilustrativa do “Portugal, território global” (A – marinho e terrestre) e de “Portugal, território potencial” (B – também marinho e terrestre)

De igual forma, ao tratarem a distribuição da população e as variações demográficas, é frequente sermos confrontados com mapas como os dos exemplos abaixo (fig. 4 A e B).

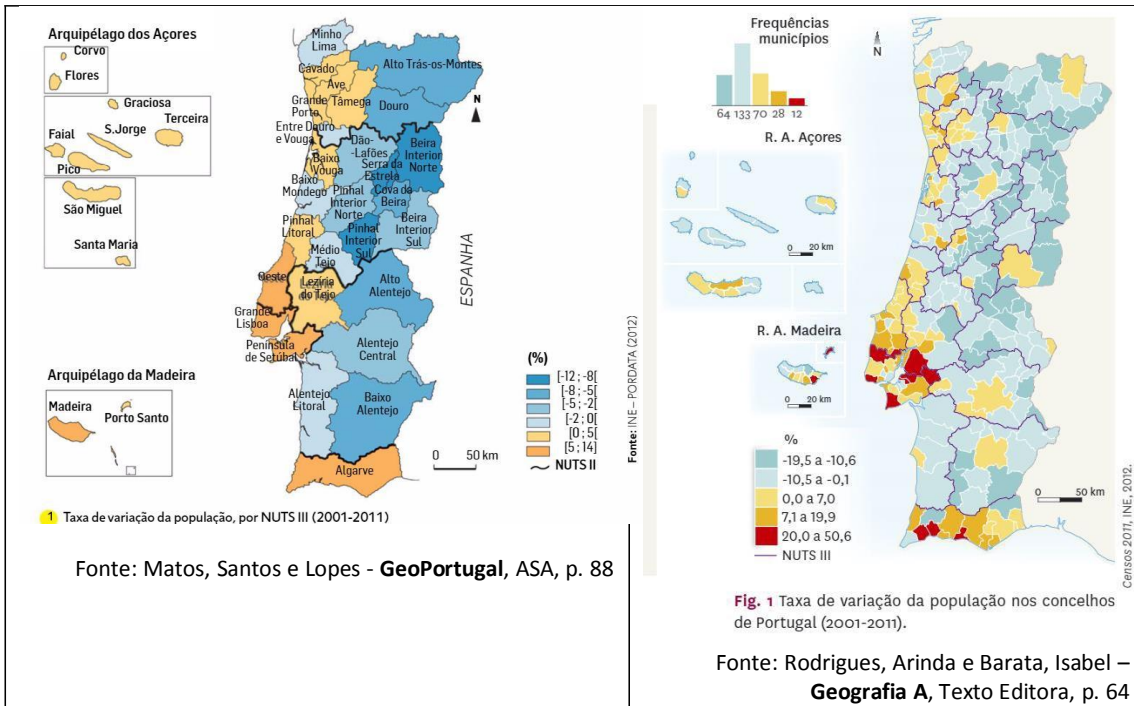


Fig. 4 – Mapas da variação da população, extraídos de manuais escolares de 10º ano

Os mapas em questão, bem ilustrativos dos contrastes espaciais, acabam por veicular a imagem do positivo e do negativo. Sendo corretos, é certo, poderão ser complementados por outros que enfatizem os ganhos e que, simultaneamente, promovam outra imagética (fig. 5 e 6).

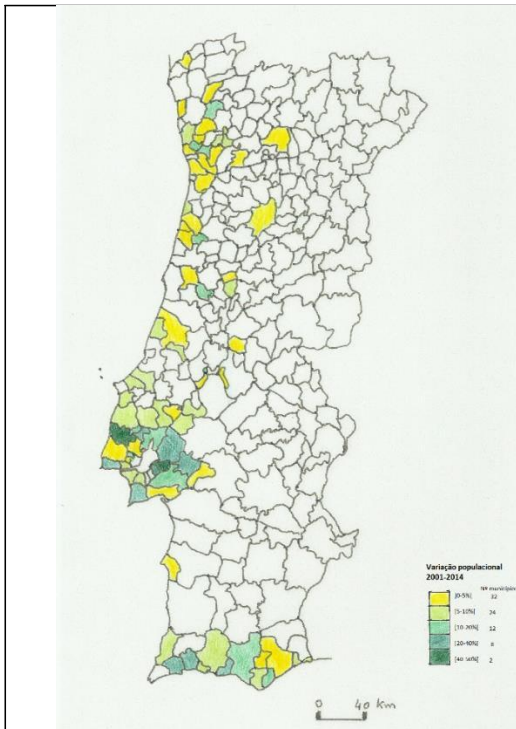


Fig. 5 – Municípios de Portugal Continental que registaram aumento populacional entre 2001 e 2014

Elaboração própria, a partir de dados do Pordata

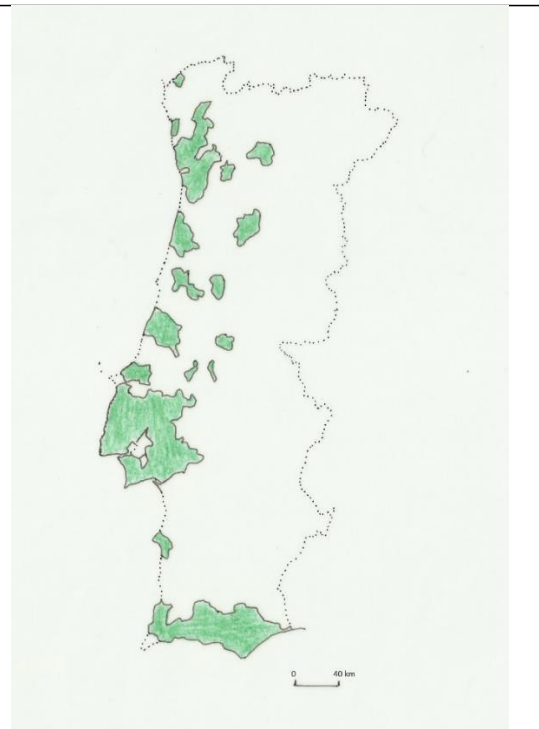


Fig. 6 - Os “arquipélagos” do crescimento demográfico 2001-2014 (Portugal Continental)

Elaboração própria, a partir de dados do Pordata

Também as anaformoses, porque destacam territórios, são representações cartográficas úteis nesta abordagem.

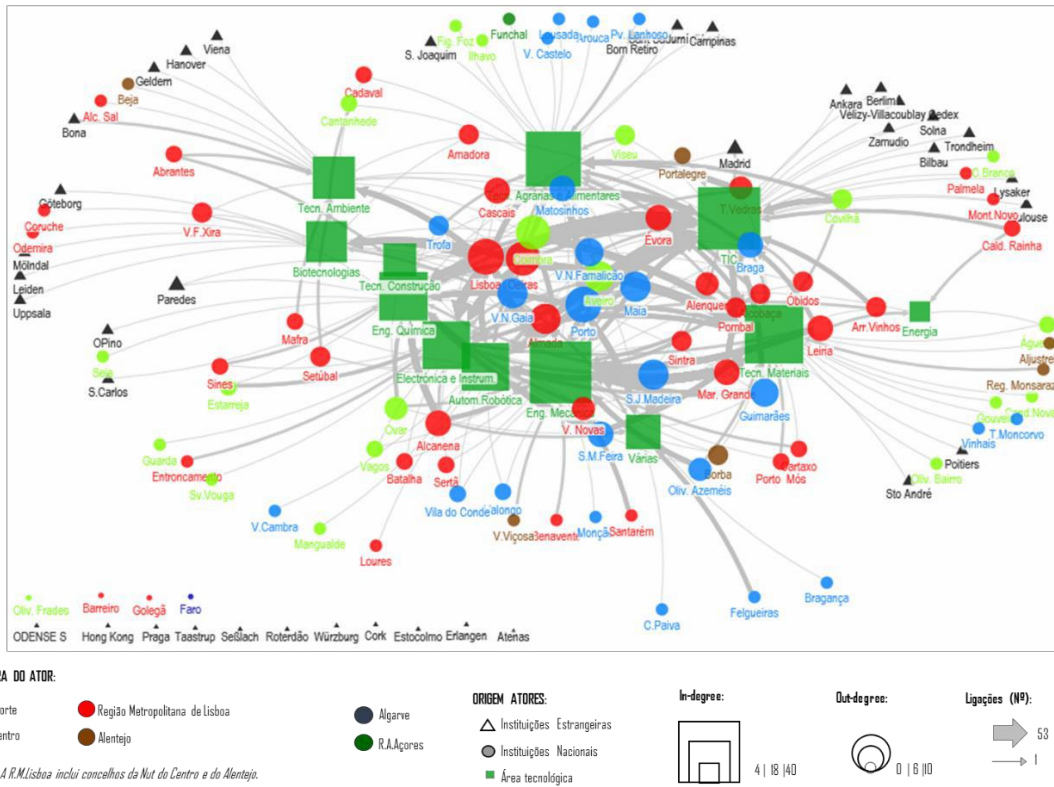


FÉLIX, J.M., MOURA, F. e CHORINCAS, J., 2015: 64

Fig. 7 - As duas “ilhas” portuguesas no contexto internacional em termos de exportações – as macrorregiões Noroeste e Arco Metropolitano de Lisboa

A esquematização pode igualmente facilitar ou dificultar a abordagem relacional. Interessam-nos esquemas que destaquem as potencialidades dos territórios e as relações que se estabelecem entre os mesmos ou entre diversos agentes. Se possível, que proporcione análise multiescalar complexa² (fig. 8).

² No esquema da figura 8 as escalas local/regional (Arco Metropolitano de Lisboa), nacional, europeia e mundial convivem e articulam-se num imbricado denso.



FÉLIX, J.M., MOURA, F. e CHORINCAS, J. , 2015: 582

Fig. 8 - Rede Territorial com as Áreas Tecnológicas dos Projetos Ancoradas no Arco Metropolitano de Lisboa (2007-2013)

Em jeito de balanço, poderemos afirmar que a cartografia e a esquematização tradicionais devem continuar a ser utilizadas, até porque é necessário um prévio e sólido conhecimento da diversidade antes de partirmos para as relações territoriais, mas devem ser complementadas, numa segunda fase, por mapas e esquemas mais em linha com a perspetiva relacional (que é mais complexa e exigente em termos de abstração).

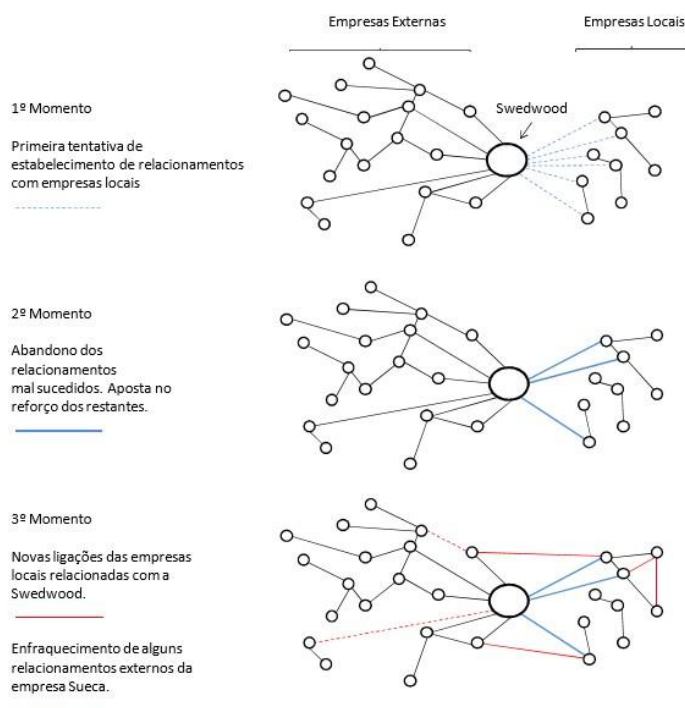
B – A alteração imagética pela abordagem e pela exemplificação

A abordagem relacional pressupõe que o enfoque recaia sobre (i) as potencialidades territoriais, sobre (ii) as complementaridades e (iii) as relações potenciadoras do território.

Os exemplos a que recorreremos, por seu turno, poderão focalizar-se nos recursos endógenos que por uma dinâmica qualquer se reconfiguraram e potenciaram o território, bem como nas interferências de novos elementos/agentes económicos ou territoriais.

Os Passadiços do Paiva, fenómeno local, nacional e que já ultrapassa as fronteiras, é paradigmático na primeira situação. A beleza da paisagem fluvial já há milhares de anos que lá se encontra, os sítios arqueológicos são de longa data, as curiosidades geológicas e a biodiversidade presenteiam-nos desde sempre mas os referidos passadiços acabaram por constituir uma espécie de cimento que aglutinou todas estas potencialidades endógenas e as colocou no Plano³, as fez emergir, transformando um território de matriz rural e algo marginalizado no contexto da Área Metropolitana do Porto num verdadeiro caso de sucesso a nível regional, nacional e até europeu.

A empresa Swedwood/ IKEA Industry, que se instalou em Portugal, 2008, enquadra-se no segundo tipo acima referido. A sua implantação em Paços de Ferreira, resultou de uma conjugação de fatores, em que a tradição industrial do município terá sido um fator meramente marginal, uma vez que o determinante terá sido o envolvimento e comprometimento das entidades envolvidas, nomeadamente a autarquia. Uma vez instalada esta unidade, as interações com empresas da região alteraram as dinâmicas existentes, tendo-se adensado as relações, inclusive com empresas externas da Swedwood.



Fonte: CORREIA e BRITO, 2009: 22

Fig. - Ligações Potenciais e Efetivas Estimuladas pela Swedwood/ IKEA Industry

³ Entenda-se por “plano”, conforme Thomas Friedman (2005), o nível em que os agentes/atores globais atuam. Se não se estiver no plano é como se não existisse.

Atevemo-nos, de seguida, a apresentar algumas propostas genéricas de exploração didática da geografia relacional no âmbito do programa de Geografia A.

Proposta A – Relações complementares e potenciadoras de dois municípios

1. Apresentação das potencialidades naturais e económicas de dois municípios relativamente próximos – via cartografia e descritivo (prof.).
2. Grupos de trabalho para recolha de ideias sobre relações potenciadoras entre eles (alunos).
3. Apresentação dessas ideias e votação para apuramento das “três mais” (alunos em grande grupo).
4. Grupos de trabalho para desenvolvimento/concretização dessas “três mais”, analisando a sua viabilidade e as respetivas implicações territoriais (alunos).
5. Apresentação e debate das sugestões (alunos e prof.).

Proposta B – Como potenciar a comunidade interurbana X?

1. Pesquisa, em grupo, sobre a comunidade interurbana X:
 - potencialidades naturais
 - características demográficas e socioeconómicas
 - apostas/relações já existentes entre as várias áreas urbanas da mesma (consulta/contacto com a comunidade em si e/ou autarquias e empresas/instituições da mesma).
2. Análise das alterações territoriais decorrentes das relações já existentes.
3. Esquematização da teia relacional desse território.
4. Reflexão sobre potenciais recombinações territoriais.
5. Debate sobre essas mesmas recombinações.

IV – Notas conclusivas

As conclusões passíveis de tirar neste momento são muito provisórias e embrionárias, pelo ainda grande desconhecimento sobre a abordagem relacional e pela inexperiência em termos da didática da mesma.

No entanto, parece ser legítimo concluir que a didática da geografia relacional faz todo o sentido, desde logo porque nos sintoniza com desenvolvimentos recentes da ciência geográfica, porque propicia enfoque no carácter sistémico e relacional do território e dos seus agentes e porque rompe com dualidades “indesejáveis”, que veiculam imagem algo estática e acabam por colocar a tónica no negativo.

Não obstante tais virtualidades, os condicionalismos existem e são variados:

- o currículo oficial, dado que o programa de Geografia A apesar de não comprometer a abordagem relacional não a facilita. Está alicerçado na geografia dos *stocks*, dos antagonismos embora abra algumas janelas de oportunidade;
- os docentes que, na sua maioria, são fruto da geografia dos antagonismos, pela formação académica, pela experiência e formação profissional e, sobretudo, pela própria imagética que os acompanha;
- a cartografia disponível (científica e didática) que é maioritariamente evidenciadora e reveladora de contrastes espaciais;
- a divulgação da investigação que ainda se mantém em circuito muito fechado e restrito. Seria desejável a efetivação de uma teia relacional entre os investigadores/docentes do ensino superior e os agentes educativos dos ensinos básico e secundário;
- a abordagem patente nos manuais escolares que sublinha todos os condicionalismos acabados de enunciar.

Mau grado estas restrições, não deveremos cruzar os braços. Algo está ao nosso alcance. Haja envolvimento para bem da imagem da Geografia, para bem do país e para que os nossos dias se possam tornar mais claros!



Bibliografia

- CORREIA, R. e BRITO, C. (2009) – “Análise conjunta de diversidade territorial e industrial: o caso da IKEA – Swedwood”, FEP Working Papers, nº 349
- EDUARDO, Márcio (2006) – “Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional”, https://www.researchgate.net/publication/277104172_TERRITORIO_TRABALHO_E_POWER_por_uma_geografia_relacional_TERRITORY_WORK_AND_POWER_for_a_relational_geography, consultado em junho 2016
- FERRÃO, João (2002) – “Portugal, três geografias em recombinação. Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais”, Lusotopie, 2002-2
- FÉLIX, J.M., MOURA, F. e CHORINCAS, J. (2015) – **Uma Metrópole para o Atlântico**. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian
- FERRÃO, J. e FÉLIX, J. M. (ed.) (2014) – **Noroeste Global**. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian
- FRIEDMAN, Thomas (2005) - **O Mundo é Plano - Uma História Breve do Século XXI**. Lisboa: Actual Editora.
- ME (2001) – Programa de Geografia A.
- SILVA, Soraia (2012) – “Geografias relacionais aplicadas ao cinema português”, https://rucasproject.files.wordpress.com/2012/05/xiii_cig_soraia_1.pdf, consultado em junho 2016
- YEUNG, Henry (2005) – “Rethinking relational economic geography”, Royal Geographical Society